

Índice de Desempenho da Justiça - IDJus

Relatório
Final

IDJus

Índice de
Desempenho
da Justiça

Brasília, outubro de 2012

Coordenação:

Rubens Curado Silveira

Organizadora:

Julia Maurmann Ximenes

Pesquisadores:

Ana Carolina Aires Cerqueira Prata
Guilherme Viana Ferreira
Jeovan Assis Silva
Neide de Sordi



Coordenação:
Rubens Curado Silveira
Julia Maurmann Ximenes

Índice de Desempenho da Justiça - IDJus

Relatório Final 2012

Pesquisadores:
Ana Carolina Aires Cerqueira Prata
Guilherme Viana Ferreira
Jeovan Assis Silva
Neide De Sordi

Brasília
2015



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Ximenes, Julia Maurmann, Silveira, Rubens Curado.

Índice de Desempenho da Justiça – IDJus Relatório Final 2012/
Coordenação Julia Maurmann Ximenes e Rubens Curado Silveira. – Brasília:
IDP, 2015.

100 p.

ISBN: 978-85-65604-62-8

DOI 10.1117/9788565604628

Título. 1. Poder Judiciário. 2. Efetividade 3. Índice. I.

CDD 341.27

Sumário

1.	Apresentação	6
2.	Contextualização	7
3.	Metodologia	10
4.	Escopo da Pesquisa e fonte de dados	15
5.	Resultados	16
5.1	IDJus Brasil	16
5.2	Resultado IDJus Justiça Estadual	18
5.3	Resultado IDJus Justiça Federal	20
5.4	Resultado IDJus Justiça do Trabalho	22
6.	Apêndice Estatístico	25
6.1	Cálculo do IDJus por Tribunal	26
6.1.1	Brasil	26
6.1.2	Justiça Estadual	26
6.1.3	Justiça Federal	54
6.1.4	Justiça do Trabalho	60
7.	Glossário	85
7.1	INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	85
7.1.1	Despesas	85
7.1.2	Receitas	86
7.1.3	Transferências	87
7.2	INDICADORES DE GESTÃO DE RECURSOS.....	88
7.2.1	Recursos Humanos	89
7.2.2	Tecnologia	91
7.3	INDICADORES DE GESTÃO DE PROCESSOS.....	93
7.3.1	Litigiosidade	93
7.3.2	Produtividade	96
8.	Bibliografia	Erro! Indicador não definido.



Lista de tabelas

Tabela 1 – Descrição das dimensões e temas	11
Tabela 2 – Descrição dos temas e indicadores	11
Tabela 3 - Polaridade dos indicadores.....	13
Tabela 4 – Peso e contribuição dos indicadores.....	14
Tabela 5 – Peso e contribuição dos temas	14
Tabela 6 – Peso e contribuição das dimensões.....	15
Tabela 7 – IDJus Brasil: resultado dos indicadores	17
Tabela 8 – IDJus Brasil: resultados das dimensões, temas e do IDJus	17
Tabela 9 – IDJus Justiça Estadual: resultado dos indicadores	18
Tabela 10 – IDJus Justiça Estadual: resultado das dimensões, temas e do IDJus	19
Tabela 11 – IDJus Justiça Estadual: classificação dos Tribunais.....	20
Tabela 12 – IDJus Justiça Federal: resultado dos indicadores	21
Tabela 13 – IDJus Justiça Federal: resultado das dimensões, temas e do IDJus.....	22
Tabela 14 – IDJus Justiça Federal: classificação dos Tribunais	22
Tabela 15 – IDJus Justiça do Trabalho: resultado dos indicadores	23
Tabela 16 – IDJus Justiça do Trabalho: resultado das dimensões, temas e do IDJus	24
Tabela 17 – IDJus Justiça do Trabalho: classificação dos Tribunais	25



1. Apresentação

Atento a um contexto ainda de escassez de análises e diagnósticos sobre os problemas estruturais do Poder Judiciário no Brasil, o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) recentemente criou o Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça Brasileiro (CPJus), cuja missão é oferecer contribuições concretas e em bases científicas capazes de imprimir um salto de qualidade nas discussões que pautam os esforços de modernização do Judiciário.

Com base na proposta acima, o CPJus tem a satisfação de apresentar à sociedade em geral, e à comunidade jurídico-acadêmica em particular, a primeira edição do **Índice de Desempenho da Justiça – IDJus**, desenvolvido com vistas à suprir a carência de um indicador sintético que reflita a qualidade e o desempenho do Poder Judiciário no Brasil. Trata-se de uma contribuição inédita e inovadora no âmbito das organizações do Judiciário e almeja-se o IDJus possa servir de instrumento no sentido de apoiar os tribunais no direcionamento mais adequado de suas políticas judiciárias.

Para além de estatísticas descritivas, que muitas vezes apresentam limitada utilidade prática, os resultados propiciados pelo IDJus (Índice de Desempenho da Justiça) permitem rankings e inúmeros exercícios comparativos entre os tribunais e entre as esferas da Justiça analisadas. Adicionalmente, dentro de cada instituição em particular, os indicadores também podem ser abertos, o que incentiva enfoques e recortes específicos e mais direcionados para as áreas que eventualmente necessitem de maior aprimoramento.

Os rankings obtidos não têm qualquer objetivo de hierarquizar ou expor negativamente os tribunais que não tenham alcançado as melhores posições nas tabelas. Busca-se que os resultados descortinados pelo Índice possam ser úteis para a formulação de estratégias e ações para todo o Judiciário nacional, de modo que os tribunais se empenhem em iniciativas capazes de reverter os cenários que eventualmente os desfavoreçam no presente momento. Nesse sentido, na busca e no esforço coletivo pelo aprimoramento do desempenho da Justiça, não há que se falar em vencedores e perdedores. Os verdadeiros vitoriosos serão os cidadãos que no futuro venham a encontrar uma qualidade básica uniforme e nacional para os serviços judiciais no Brasil.

2. Contextualização

Ao longo das últimas décadas, os sistemas jurídicos ao redor do mundo parecem estar sob crescente e severo escrutínio social. Observa-se uma crescente cobrança com vistas à maior celeridade nos processos judiciais, bem como em relação a respostas rápidas para as disfunções pontuais e sistêmicas no Poder Judiciário de vários países. Tais cobranças sociais trazem em seu bojo anseios de maior eficiência na prestação jurisdicional, bem como a expectativa de que o Judiciário também possa prestar contas aos cidadãos. Em um tempo de transformações velozes e profundas, as organizações públicas – e as instituições judiciais em especial – enfrentam o desafio de se tornarem mais responsivas, transparentes e eficientes.

Se por um lado os tribunais nunca exerceram um papel tão central como o verificado hoje nas sociedades democráticas contemporâneas, por outro também nunca estiveram tão fragilizados pela sobrecarga e por déficits de gestão, organização e planejamento, o que frequentemente culmina em um desempenho funcional aquém das expectativas sociais.

O Brasil, à semelhança de vários outros países, também enfrenta o desafio de incrementar a qualidade da administração da Justiça. Até um passado recente, o Judiciário brasileiro também compartilhava o entendimento de que a melhoria das organizações do judiciário podia se limitar exclusivamente a reformas de natureza processual e ao contínuo crescimento de recursos humanos e materiais. A evolução socioeconômica brasileira transformou, contudo, o contexto social da justiça, marcada atualmente pelo aumento vertiginoso do volume e da complexidade da litigiosidade, o que impulsiona a busca de novos caminhos para as reformas que permitam a preservação da legitimidade judicial no que concerne à pacificação social.

Mesmo diante de um cenário de maiores incertezas e cobranças, iniciativas nacionais e internacionais têm revelado que parece haver considerável espaço para soluções inovadoras com vistas ao incremento da qualidade da prestação jurisdicional, desde que os escassos e limitados recursos disponíveis sejam instrumentalizados de forma planejada e eficiente, bem como ancorados em diagnósticos precisos sobre a realidade do trabalho judicial.

É alvissareiro constatar que debates antes exclusivamente orientados sob a óptica da eficiência – e que muitas vezes envolvem matrizes insumo-produto incompatíveis com a complexidade e com o caráter singular da prestação



jurisdicional – estão evoluindo de modo a contemplar também novos conceitos de desempenho, qualidade e excelência em relação às organizações do Poder Judiciário.

Sobretudo após a Emenda Constitucional n. 45 de 2004 (Reforma do Judiciário), o Brasil tem reconhecido a importância de se mensurar o desempenho judicial com vistas à busca do aprimoramento dos serviços judiciários. Nesse sentido, o processo de modernização do Judiciário nacional envolve a identificação de problemas e déficits gerenciais dentro do sistema de justiça, a proposição de soluções, bem como a mensuração do seu desempenho ou do seu próprio grau de desenvolvimento.

Principalmente após a instalação do CNJ, em 2005, o Poder Judiciário passou a contar com um conjunto considerável de indicadores judiciais que, a cada ano, apresenta melhorias no que tange à qualidade e confiabilidade dos dados coletados. Contudo, apesar dessas valiosas informações, a justiça brasileira ainda carece de visão sistêmica e comparativa no que tange ao desempenho dos tribunais de modo a permitir a rápida identificação de onde residem os principais gargalos e inoperâncias e, assim sendo, fomentar as corretas sugestões de políticas judiciárias.

Nesse sentido, o Índice de Desempenho da Justiça - IDJus vem suprir a carência de um indicador sintético que reflita a qualidade e o desenvolvimento do Poder Judiciário, a partir dos dados apresentados no relatório “Justiça em Números” e outros levantamentos estatísticos do Conselho Nacional de Justiça.

Na presente proposta para o IDJus, o desenvolvimento da Justiça envolveria o aperfeiçoamento dos mecanismos internos dos tribunais em três dimensões básicas da administração judiciária: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos), e gestão de processos. Esta última dimensão é independente, essencial e inerente à própria missão dos tribunais. As duas primeiras dimensões dizem respeito à função administrativa das cortes e correspondem a uma função de suporte de suas atividades, inerente ao funcionamento de qualquer entidade pública ou privada, tendo, todavia, um impacto crucial na eficiência e na qualidade da prestação jurisdicional. Parte-se da premissa de que partir de uma visão global onde essas dimensões possam dialogar entre si é possível ampliar a perspectiva sobre como avaliar e monitorar adequadamente os níveis de evolução dos órgãos judiciários no Brasil.

O IDJus está estruturado, com base nas três dimensões supramencionadas, em um conjunto de 22 indicadores agrupados em sete temas: Despesas, Receitas, Transferências, Recursos Humanos, Tecnologia, Litigiosidade e Produtividade. O



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Índice se apresenta como uma contribuição de especial relevância para maior conhecimento da realidade dos tribunais no Brasil – nas esferas federal, estadual e trabalhista – com a intenção de apoiá-los no direcionamento mais adequado de suas políticas judiciárias. Nesse sentido, almeja-se que a partir das informações descortinadas por este Relatório:

- a sociedade brasileira possa conhecer o grau de desenvolvimento das instituições judiciais a partir de um amplo rol de indicadores de alta qualidade e confiabilidade;
- os órgãos de cúpula dos tribunais possam monitorar seu desempenho e planejar projetos futuros, com vistas a desenvolverem as suas estratégias de gestão atendendo às suas respectivas especificidades, às dinâmicas contextuais e, ainda, às realidades forenses locais;
- a comunidade acadêmica e dos operadores do direito possam se debruçar sobre o Índice e seus indicadores de modo a avaliar o funcionamento do sistema judicial como um todo e propor soluções inovadoras para o tratamento das disfunções apontadas.

Esta primeira edição do IDJus convida a uma ampla reflexão da realidade jurisdicional brasileira e consiste no primeiro passo para uma avaliação e monitoramento sistemáticos dos tribunais federais, estaduais e trabalhistas no Brasil.



3. Metodologia

O IDJus é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento da Justiça, possibilitando a mensuração das diferenças de produtividade e desempenho existentes entre os segmentos do Poder Judiciário. O resultado apresentado nesse modelo servirá de balizador para que os tribunais possam tomar medidas pontuais visando a melhor utilização dos recursos disponíveis. Futuramente, servirá, também, como marco para avaliação do desenvolvimento da Justiça, ao permitir comparações ao longo dos anos.

A metodologia adotada na construção dos indicadores consiste em criar um indicador único para as diversas áreas avaliadas. No caso dos indicadores da Justiça, a fonte de dados oficiais são os relatórios estatísticos *Justiça em Números* e os resultados do *Questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário*, publicados anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça.

A construção do IDJus segue quatro etapas: a escolha das dimensões, temas e indicadores, a normalização dos indicadores, a polarização dos indicadores e a escolha dos pesos.

A escolha das dimensões, temas e indicadores

Para contemplar as diversas dimensões da Justiça e a forma como elas afetam o desempenho e eficiência da Justiça, o IDJus foi elaborado a partir de 3 dimensões primárias da administração judiciária: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos), e gestão de processos. Essas dimensões foram subdivididas em 7 temas, com um total de 22 indicadores de desempenho. Vale ressaltar que os 22 indicadores selecionados possuem alto grau de confiabilidade, no sentido de retratarem, com confiabilidade, as áreas a que se referem (vide tabelas).

Tabela 1 – Descrição das dimensões e temas

	Dimensões	Temas
IDJus	Gestão Orçamentária Peso: 25%	Despesas
		Receitas
		Transferências
	Gestão de Recursos Peso: 25%	Recursos Humanos
		Tecnologia
	Gestão de Processos Peso: 50%	Litigiosidade
Produtividade		

Tabela 2 – Descrição dos temas e indicadores

Temas	Indicadores Primários
Despesas	Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Custo médio do Processo
Receitas	Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça Arrecadação Média Processual
Transferências	Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo
Recursos Humanos	Percentual de Cargos de Magistrado ocupados Percentual de Servidores Efetivos Percentual de Servidores da Área Judiciária Taxa de Igualdade Processual por Servidor Taxa de Igualdade Processual por Magistrado Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado
Tecnologia	Porte baseado em Tecnologia Porte baseado em Força de Trabalho mínima Porte baseado em Automação Porte baseado em Governança de TI Porte baseado em Capacitação em TI
Litigiosidade	Taxa de Congestionamento Índice de Atraso Taxa de Atendimento da Demanda
Produtividade	Produtividade Média por Magistrado Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária

Normalização dos indicadores

A normalização consiste em transformar os indicadores em índices cujos valores se posicionam entre zero e cem, tendo como base os indicadores calculados. A importância desse procedimento reside no resultado obtido: todos os índices terão, após a normalização, a mesma unidade de medida, isto é, mesma magnitude, possibilitando, então, comparações entre si. Para tanto, é aplicada a fórmula abaixo:

$$\text{Índice}_{itj} = \frac{itj \cdot \text{Mín}_{ij} \cdot 0,9}{\text{Máx}_{ij} \cdot 1,1}$$

$i = \text{indicador}$
 $t = \text{Tribunal}$
 $j = \text{Justiça}$

onde Val_{itj} = valor observado do indicador i no Tribunal t da Justiça j
 Mín_{ij} = valor mínimo observado do indicador i na Justiça j
 Máx_{ij} = valor máximo observado do indicador i na Justiça j

A fórmula acima pode ser interpretada da seguinte forma: o índice do indicador i , do tribunal t da justiça j é igual ao quociente da diferença entre o valor observado do indicador i , do tribunal t da justiça j e o mínimo ajustado do indicador i na justiça t , e da diferença entre o máximo ajustado do indicador i na justiça t e o mínimo ajustado do indicador i na justiça t . Note que o mínimo e o máximo são calculados por cada indicador e justiça, enquanto que o valor observado refere-se ao indicador, ao tribunal e à justiça a que o tribunal pertence.

Os valores 0,9 e 1,1 representam o fator (ou *lag*) que foi incluído no cálculo dos índices. A multiplicação dos mínimos e máximos por, respectivamente, 0,9 e 1,1 faz com que os mesmos fiquem 10% menores e 10% maiores. Essa diferenciação tem dois objetivos que se complementam: inibir valores iguais a 0 e 100; e encorajar os tribunais que obtiverem os melhores e piores desempenhos, de forma que os tribunais melhor colocados ainda terão o que otimizar, e os de posições mais baixas nunca serão representados por um IDJus de valor 0.

Polarização dos indicadores

A terceira etapa define se o indicador tem polaridade positiva, ou seja, valores maiores indicam melhor desempenho do tribunal, ou negativa, valores menores indicam melhor desempenho. Assim, para os indicadores classificados com polaridade negativa utiliza-se o valor complementar do índice auferido na etapa de normalização do indicador.

Tabela 3 - Polaridade dos indicadores

Indicadores Primários	Polaridade
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	-
Custo médio do Processo	-
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	+
Arrecadação Média Processual	+
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	+
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	+
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	+
Percentual de Servidores Efetivos	+
Percentual de Servidores da Área Judiciária	+
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	-
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	-
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	-
Porte baseado em Tecnologia	+
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	+
Porte baseado em Automação	+
Porte baseado em Governança de TI	+
Porte baseado em Capacitação em TI	+
Taxa de Congestionamento	-
Índice de Atraso	-
Taxa de Atendimento da Demanda	+
Produtividade Média por Magistrado	+
Produtividade Média por Servidor	+

Escolha dos pesos

Como ocorre com a maioria dos indicadores sintéticos, os pesos dos indicadores, temas e dimensões foram definidos pela equipe técnica de acordo com a importância relativa de cada indicador, levando em consideração, também, a confiabilidade de cada variável. Assim, decidiu-se por dividir os pesos de cada indicador e de cada tema de forma uniforme dentro de cada tema e dimensão. Para as dimensões, no entanto, foram estabelecidos pesos distintos.

A dimensão gestão de processos, por ser classificada como uma dimensão independente, essencial e inerente à própria missão dos tribunais, foi atribuído 50% do peso total do IDJus. As demais dimensões, que dizem respeito à função administrativa das cortes e correspondem ao suporte de suas atividades-fim, receberam peso de 25%. A partir desses pesos obtém-se um índice sintético para cada tema, para cada dimensão, e o índice sintético geral, o IDJus.

Vale destacar que a escolha dos pesos foi realizada após vários exercícios estatísticos de validação dos mesmos, tendo como base os resultados obtidos em cada exercício.

Tabela 4 – Peso e contribuição dos indicadores

Indicadores Primários	Peso	Contribuição
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Custo médio do Processo	1	50,0%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Arrecadação Média Processual	1	50,0%
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	1	50,0%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	1	16,7%
Percentual de Servidores Efetivos	1	16,7%
Percentual de Servidores da Área Judiciária	1	16,7%
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1	16,7%
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1	16,7%
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1	16,7%
Porte baseado em Tecnologia	1	20,0%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	1	20,0%
Porte baseado em Automação	1	20,0%
Porte baseado em Governança de TI	1	20,0%
Porte baseado em Capacitação em TI	1	20,0%
Taxa de Congestionamento	1	33,3%
Índice de Atraso	1	33,3%
Taxa de Atendimento da Demanda	1	33,3%
Produtividade Média por Magistrado	1	50,0%
Produtividade Média por Servidor	1	50,0%

Tabela 5 – Peso e contribuição dos temas

Temas	Peso	Contribuição
Despesas	1	33,3%
Receitas	1	33,3%
Transferências	1	33,3%
Recursos Humanos	1	50,0%
Tecnologia	1	50,0%
Litigiosidade	1	50,0%
Produtividade	1	50,0%



Tabela 6 – Peso e contribuição das dimensões

Dimensões	Peso	Contribuição
Gestão Orçamentária	1	25,0%
Gestão de Recursos	1	25,0%
Gestão de Processos	2	50,0%

4. Escopo da Pesquisa e fonte de dados

A unidade de análise do IDJus são os dados publicados anualmente no Relatório Justiça em Números, regulamentado pela Resolução nº 76/2009 do CNJ, e o Questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação, instituído pela Resolução Nº 90/2009 do CNJ.

Nesse primeiro ano de cálculo do IDJus, as informações estatísticas abrangem os anos de 2010 e 2011. No caso das variáveis do Justiça em Números os dados foram extraídos da publicação de 2010, e as informações para o tema tecnologia foram retiradas do questionário de 2011 sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação. Ressalte-se que a escolha de variáveis de publicação anual faz desse indicador uma métrica de atualização anual.



5. Resultados

Para além de estatísticas descritivas, que muitas vezes apresentam limitada utilidade prática, os resultados propiciados pelo IDJus (Índice de Desempenho da Justiça) permitem rankings e inúmeros exercícios comparativos entre os tribunais e entre as esferas da Justiça analisadas. Adicionalmente, dentro de cada instituição em particular, os indicadores também podem ser abertos, o que incentiva enfoques e recortes específicos e mais direcionados para as áreas que eventualmente necessitem de maior aprimoramento. Busca-se que os resultados descortinados pelo Índice possam ser úteis para a formulação de estratégias e ações para todo o Judiciário nacional.

Desse modo, a partir dos resultados do IDJus, os tribunais podem identificar causas dos problemas que mais afetam negativamente a prestação jurisdicional, monitorar programas de aprimoramento, estabelecer metas e avaliar progressos obtidos.

5.1 IDJus Brasil

Para o resultado Brasil, foi considerada a soma dos dados estatísticos dos todos os tribunais da Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho. Os resultados indicaram que há um longo caminho a percorrer no que tange ao desenvolvimento da Justiça no Brasil e que a mesma também apresenta muitas disparidades entre os tribunais com as posições mais elevadas e mais baixas.

O resultado auferido para o IDJUS – Brasil (total de todos os tribunais das Justiças Estadual, Federal e do trabalho) é de 41,1. A dimensão de pior desempenho, na Justiça brasileira como um todo, é a Gestão Orçamentária (32,2).

As Tabelas 7 e 8 a seguir apresentam os resultados finais por dimensão, tema e indicador.

Tabela 7 – IDJus Brasil: resultado dos indicadores

Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	47,7
Custo médio do Processo	89,7
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	11,2
Arrecadação Média Processual	12,2
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	17,5
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	14,8
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	44,5
Percentual de Servidores Efetivos	36,3
Percentual de Servidores da Área Judiciária	50,8
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	55,9
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	90,8
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	98,8
Porte baseado em Tecnologia	48,3
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	17,5
Porte baseado em Automação	57,5
Porte baseado em Governança de TI	53,8
Porte baseado em Capacitação em TI	48,0
Taxa de Congestionamento	27,7
Índice de Atraso	61,4
Taxa de Atendimento da Demanda	40,5
Produtividade Média por Magistrado	41,9
Produtividade Média por Servidor	28,5

Tabela 8 – IDJus Brasil: resultados das dimensões, temas e do IDJus

Índice Geral	Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus Brasil	Gestão Orçamentária Peso: 25%	32,2	Despesas	68,7
			Receitas	11,7
			Transferências	16,1
	Gestão de Recursos Peso: 25%	53,9	Recursos Humanos	62,8
			Tecnologia	45,0
	Gestão de Processos Peso: 50%	39,2	Litigiosidade	43,2
Produtividade	35,2			

5.2 Resultado IDJus Justiça Estadual

No IDJus da Justiça Estadual, o tribunal mais bem posicionado é o **TJRS (69,0)** e o que apresenta o pior grau de desempenho é o **TJPI (28,7)**. Na Justiça Estadual como um todo, o principal gargalo parece estar na gestão de processos, o qual apresenta o menor indicador (39,3).

As Tabelas 9, 10 e 11 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça Estadual e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal de Justiça.

Tabela 9 – IDJus Justiça Estadual: resultado dos indicadores

Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	56,1
Custo médio do Processo	70,9
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	52,6
Arrecadação Média Processual	87,2
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	12,7
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	77,8
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	42,0
Percentual de Servidores Efetivos	33,6
Percentual de Servidores da Área Judiciária	47,2
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	48,3
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	40,8
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	97,6
Porte baseado em Tecnologia	43,9
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	21,2
Porte baseado em Automação	52,7
Porte baseado em Governança de TI	51,3
Porte baseado em Capacitação em TI	50,4
Taxa de Congestionamento	30,8
Índice de Atraso	58,9
Taxa de Atendimento da Demanda	40,2
Produtividade Média por Magistrado	43,3
Produtividade Média por Servidor	27,3

Tabela 10 – IDJus Justiça Estadual: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	46,5	Gestão Orçamentária Peso: 25%	59,5	Despesas	69,0
				Receitas	52,9
				Transferências	42,1
		Gestão de Recursos Peso: 25%	47,7	Recursos Humanos	62,0
				Tecnologia	50,6
		Gestão de Processos Peso: 50%	39,3	Litigiosidade	45,1
		Produtividade	52,7		

Tabela 11 – IDJus Justiça Estadual: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	Dimensão			IDJus
		Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TJ - Rio Grande do Sul	69,9%	50,9%	77,6%	69,0
2	TJ - Mato Grosso do Sul	72,1%	45,9%	69,3%	64,2
3	TJ - Sergipe	41,9%	59,3%	58,8%	54,7
4	TJ - Rio de Janeiro	68,3%	53,1%	47,7%	54,2
5	TJ - Acre	52,0%	42,0%	57,0%	52,0
6	TJ - Santa Catarina	74,4%	59,0%	35,1%	50,9
7	TJ - Rondônia	53,3%	49,2%	48,1%	49,7
8	TJ - Minas Gerais	49,5%	48,2%	49,3%	49,1
9	TJ - Pará	56,1%	37,9%	48,3%	47,6
10	TJ - Paraná	49,8%	51,9%	42,9%	46,9
11	TJ - São Paulo	62,5%	44,2%	37,3%	45,3
12	TJ - Bahia	48,9%	53,4%	38,3%	44,7
13	TJ - Rio Grande do Norte	46,8%	48,3%	38,4%	43,0
14	TJ - Mato Grosso	57,2%	48,5%	31,0%	41,9
15	TJ - Alagoas	46,3%	40,6%	35,6%	39,5
16	TJ - Goiás	31,7%	49,6%	38,3%	39,5
17	TJ - Pernambuco	44,1%	52,1%	30,1%	39,1
18	TJ - Ceará	40,5%	48,5%	33,0%	38,7
19	TJ - Roraima	39,6%	31,7%	37,9%	36,8
20	TJ - Amazonas	41,3%	40,3%	30,5%	35,6
21	TJ - Amapá	30,5%	42,7%	34,2%	35,4
22	TJ - Paraíba	42,0%	44,0%	26,3%	34,6
23	TJ - Distrito Federal*	35,6%	50,8%	25,3%	34,3
24	TJ - Maranhão	38,4%	43,1%	26,2%	33,5
25	TJ - Espírito Santo	43,2%	38,3%	25,7%	33,3
26	TJ - Tocantins	47,6%	30,8%	18,6%	28,9
27	TJ - Piauí	43,0%	44,7%	13,5%	28,7

* - Tendo em vista as peculiaridades relativas ao custeio, pela União Federal, do Poder Judiciário no Distrito Federal, há que se ponderar eventuais especificidades do TJDFT quando colocado em comparação com os demais tribunais de justiça dos Estados, principalmente no que se refere aos temas referentes a despesas com recursos humanos.

5.3 Resultado IDJus Justiça Federal

No IDJus da Justiça Federal, o tribunal mais bem colocado é o **TRF da 4ª Região (66,1)** enquanto o **TRF da 1ª Região apresenta um IDJus de somente 28,3**. Na Justiça Federal como um todo, novamente a dimensão de pior desempenho é a gestão de processos, com um total de 48,9.



As Tabelas 12, 13 e 14 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça Federal e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal Regional Federal.

Tabela 12 – IDJus Justiça Federal: resultado dos indicadores

Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	53,1
Custo médio do Processo	53,9
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	24,9
Arrecadação Média Processual	80,8
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	34,3
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	50,0
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	53,1
Percentual de Servidores Efetivos	60,3
Percentual de Servidores da Área Judiciária	35,7
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	100,0
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	76,7
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	45,9
Porte baseado em Tecnologia	44,6
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	71,2
Porte baseado em Automação	56,0
Porte baseado em Governança de TI	36,8
Porte baseado em Capacitação em TI	44,4
Taxa de Congestionamento	46,4
Índice de Atraso	50,5
Taxa de Atendimento da Demanda	38,3
Produtividade Média por Magistrado	51,6
Produtividade Média por Servidor	53,8

Tabela 13 – IDJus Justiça Federal: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	50,9	Gestão Orçamentária Peso: 25%	49,5	Despesas	69,0
				Receitas	52,9
				Transferências	42,1
		Gestão de Recursos Peso: 25%	56,3	Recursos Humanos	62,0
				Tecnologia	50,6
		Gestão de Processos Peso: 50%	48,9	Litigiosidade	45,1
Produtividade	52,7				

Tabela 14 – IDJus Justiça Federal: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Dimensão			IDJus
			Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TRF 4ª Região	Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina	65,5%	66,4%	66,3%	66,1
2	TRF 3ª Região	São Paulo e Mato Grosso do Sul	60,9%	55,4%	68,6%	63,4
3	TRF 5ª Região	Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba	44,2%	48,9%	57,3%	51,9
4	TRF 2ª Região	Rio de Janeiro e Espírito Santo	24,2%	58,6%	33,6%	37,5
5	TRF 1ª Região	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí	22,8%	40,3%	25,1%	28,3

5.4 Resultado IDJus Justiça do Trabalho

No que tange à Justiça do Trabalho, o IDJus alcançado pelo TRT mais bem posicionado (**TRT da 18ª Região – Goiás**) foi de 68,5, enquanto que o TRT com menor grau de desempenho foi o da **13ª Região – Paraíba**, com um IDJus de apenas 24,6. É interessante constatar que na justiça do Trabalho, como um todo, há certa uniformidade entre os índices alcançados nas dimensões Gestão Orçamentária, Gestão de Recursos e Gestão de Processos.

As Tabelas 15, 16 e 17 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça do Trabalho e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal Regional do Trabalho.

Tabela 15 – IDJus Justiça do Trabalho: resultado dos indicadores

Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	40,2
Custo médio do Processo	68,6
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	32,9
Arrecadação Média Processual	55,1
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	44,8
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	84,2
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	48,8
Percentual de Servidores Efetivos	50,4
Percentual de Servidores da Área Judiciária	59,2
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	61,7
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	67,7
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	90,6
Porte baseado em Tecnologia	50,5
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	18,5
Porte baseado em Automação	65,1
Porte baseado em Governança de TI	45,7
Porte baseado em Capacitação em TI	54,2
Taxa de Congestionamento	49,4
Índice de Atraso	72,9
Taxa de Atendimento da Demanda	49,8
Produtividade Média por Magistrado	54,9
Produtividade Média por Servidor	45,4

Tabela 16 – IDJus Justiça do Trabalho: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	54,2	Gestão Orçamentária Peso: 25%	54,3	Despesas	69,0
				Receitas	52,9
				Transferências	42,1
		Gestão de Recursos Peso: 25%	54,9	Recursos Humanos	62,0
				Tecnologia	50,6
		Gestão de Processos Peso: 50%	53,8	Litigiosidade	45,1
		Produtividade	52,7		

Tabela 17 – IDJus Justiça do Trabalho: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Dimensão			IDJus
			Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TRT 18ª Região	Goiás	57,3%	52,3%	82,3%	68,5
2	TRT 03ª Região	Minas Gerais	62,5%	55,6%	70,3%	64,7
3	TRT 01ª Região	Rio de Janeiro	57,2%	46,2%	68,5%	60,1
4	TRT 02ª Região	São Paulo	32,9%	54,0%	70,6%	57,0
5	TRT 08ª Região	Pará e Amapá	51,5%	54,2%	59,8%	56,3
6	TRT 21ª Região	Rio Grande do Norte	59,6%	50,8%	56,4%	55,8
7	TRT 20ª Região	Sergipe	55,6%	56,2%	53,9%	54,9
8	TRT 04ª Região	Rio Grande do Sul	65,5%	62,2%	44,2%	54,1
9	TRT 17ª Região	Espírito Santo	70,2%	56,0%	44,1%	53,6
10	TRT 15ª Região	Campinas	62,7%	51,1%	47,2%	52,0
11	TRT 11ª Região	Amazonas e Roraima	33,4%	37,7%	67,8%	51,7
12	TRT 09ª Região	Paraná	55,7%	52,5%	49,1%	51,6
13	TRT 05ª Região	Bahia	52,4%	57,1%	46,0%	50,4
14	TRT 06ª Região	Pernambuco	40,3%	51,5%	54,5%	50,2
15	TRT 10ª Região	Distrito Federal e Tocantins	57,1%	47,1%	45,2%	48,6
16	TRT 22ª Região	Piauí	41,8%	47,0%	48,4%	46,4
17	TRT 12ª Região	Santa Catarina	48,8%	58,0%	39,1%	46,2
18	TRT 14ª Região	Rondônia e Acre	38,0%	49,5%	48,5%	46,1
19	TRT 24ª Região	Mato Grosso do Sul	28,6%	56,8%	44,0%	43,4
20	TRT 19ª Região	Alagoas	41,8%	54,5%	35,5%	41,8
21	TRT 16ª Região	Maranhão	32,1%	52,7%	39,3%	40,8
22	TRT 23ª Região	Mato Grosso	36,1%	56,4%	35,5%	40,8
23	TRT 07ª Região	Ceará	42,4%	52,0%	27,9%	37,5
24	TRT 13ª Região	Paraíba	28,0%	51,9%	9,3%	24,6

6. Apêndice Estatístico

Nesta seção serão apresentados os resultados do IDJus de cada tribunal da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, desagregados por indicador, tema e dimensão.

6.1 Cálculo do IDJus por Tribunal

6.1.1 Brasil

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,66%	47,7	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.621,06	89,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	42,85%	11,2	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 694,57	12,2	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	53,76%	17,5	Transferência
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 871,53	14,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	79,41%	44,5	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	64,55%	36,3	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	93,35%	50,8	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,57	55,9	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,51	90,8	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,15	98,8	
Porte baseado em Tecnologia	16,14%	48,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	9,05%	17,5	
Porte baseado em Automação	16,86%	57,5	
Porte baseado em Governança de TI	15,16%	53,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,72%	48,0	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	69,64%	27,7	
Índice de Atraso	233,70%	61,4	
Taxa de Atendimento da Demanda	104,50%	40,5	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.507	41,9	
Produtividade Média por Servidor	131	28,5	

6.1.2 Justiça Estadual

i. Justiça Estadual



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,46%	56,1	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.292,46	70,9	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	33,60%	52,6	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 434,30	87,2	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	13,32%	12,7	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 172,10	77,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	76,82%	42,0	Recursos Human
Percentual de Servidores Efetivos	62,78%	33,6	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	98,54%	47,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,60	48,3	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,65	40,8	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,12	97,6	
Porte baseado em Tecnologia	16,24%	43,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	9,63%	21,2	
Porte baseado em Automação	16,27%	52,7	
Porte baseado em Governança de TI	14,80%	51,3	
Porte baseado em Capacitação em TI	12,89%	50,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	71,88%	30,8	
Índice de Atraso	259,58%	58,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	104,13%	40,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.548	43,3	
Produtividade Média por Servidor	126	27,3	

ii. TJ-Acre



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	80,53%	71,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.560,17	62,1	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	11,71%	18,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 182,76	71,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	11,47%	10,9	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 178,94	78,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	37,70%	3,7	Recursos Humar
Percentual de Servidores Efetivos	58,42%	26,8	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	63,90%	7,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,72	36,3	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,53	53,7	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,69	77,8	
Porte baseado em Tecnologia	15,13%	30,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,3	
Porte baseado em Automação	17,42%	62,1	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	62,2	
Porte baseado em Capacitação em TI	8,75%	6,8	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	33,00%	94,6	
Índice de Atraso	62,53%	98,7	
Taxa de Atendimento da Demanda	115,21%	50,0	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.284	34,4	
Produtividade Média por Servidor	140	31,4	

iii. TJ-Alagoas



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,56%	37,4	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.256,12	72,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	34,06%	53,3	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 427,83	86,9	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,16%	0,1	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 1,97	28,1	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	51,79%	17,5	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	45,83%	7,4	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	123,87%	76,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,92	15,6	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,86	18,9	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,88	71,3	
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	47,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	15,27%	44,4	
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	67,0	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,00%	72,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	73,70%	27,8	
Índice de Atraso	298,65%	51,0	
Taxa de Atendimento da Demanda	122,99%	56,8	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.006	25,1	
Produtividade Média por Servidor	124	26,7	

iv. TJ-Amazonas



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,04%	28,2	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.807,32	55,3	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,28%	18,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 221,87	74,7	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	3,59%	3,4	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 64,92	66,9	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	89,07%	53,9	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	59,20%	28,0	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	84,23%	30,8	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,98	10,0	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,94	10,0	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,75	41,3	
Porte baseado em Tecnologia	14,67%	24,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	20,00%	83,5	
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	79,2	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	68,2	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	77,30%	21,9	
Índice de Atraso	331,10%	44,5	
Taxa de Atendimento da Demanda	90,81%	28,5	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.028	25,8	
Produtividade Média por Servidor	145	32,8	

v. TJ-Amapá



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,67%	42,4	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.653,25	37,5	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	2,79%	4,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 73,92	54,3	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,33%	0,3	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 8,83	44,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	83,50%	48,5	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	51,00%	15,4	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	101,90%	51,1	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,74	34,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,65	40,9	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,35	89,6	
Porte baseado em Tecnologia	14,87%	27,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	17,42%	62,1	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	59,5	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	53,20%	61,4	
Índice de Atraso	91,64%	92,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	82,01%	20,8	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	646	13,0	
Produtividade Média por Servidor	58	7,1	

vi. TJ-Bahia



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	83,59%	63,7	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.470,80	64,9	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	30,11%	47,1	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 442,79	87,5	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,16%	0,1	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2,42	30,4	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	74,84%	40,0	Recursos Humar
Percentual de Servidores Efetivos	96,20%	85,1	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	116,02%	67,3	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,38	71,1	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,57	49,3	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,31	91,1	
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	56,7	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	14,41%	37,3	
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	30,5	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	70,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	67,60%	37,8	
Índice de Atraso	224,22%	66,1	
Taxa de Atendimento da Demanda	118,63%	53,0	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.373	37,4	
Produtividade Média por Servidor	71	11,1	

vii. TJ-Ceará



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	77,93%	78,6	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.153,61	47,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,29%	19,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 264,65	78,0	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,05%	0,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 0,98	20,3	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	74,08%	39,3	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	62,17%	32,6	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	114,26%	65,3	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,60	49,0	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,25	83,6	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,87	71,6	
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	52,0	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	15,27%	44,4	
Porte baseado em Governança de TI	12,79%	37,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,17%	63,9	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	73,50%	28,1	
Índice de Atraso	301,54%	50,4	
Taxa de Atendimento da Demanda	131,13%	63,9	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	801	18,2	
Produtividade Média por Servidor	97	18,7	

viii. TJ-Distrito Federal



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,94%	41,7	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 5.426,11	4,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	5,74%	8,6	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 311,66	81,0	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	2,57%	2,4	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 139,60	75,5	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	61,77%	27,2	Recursos Humar
Percentual de Servidores Efetivos	62,09%	32,5	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	68,96%	13,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,73	35,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,57	49,0	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,58	81,5	
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	28,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,3	
Porte baseado em Automação	18,71%	72,8	
Porte baseado em Governança de TI	16,20%	60,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	59,5	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	73,20%	28,6	
Índice de Atraso	240,70%	62,7	
Taxa de Atendimento da Demanda	75,62%	15,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	884	21,0	
Produtividade Média por Servidor	65	9,2	

* - Tendo em vista as peculiaridades relativas ao custeio, pela União Federal, do Poder Judiciário no Distrito Federal, há que se colocar em comparação com os demais tribunais de justiça dos Estados, principalmente no que se refere aos temas referentes

ix. TJ-Espírito Santo



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,08%	54,5	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.196,80	46,3	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	4,67%	6,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 102,68	60,4	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	10,57%	10,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 232,20	81,1	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	72,92%	38,1	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	45,61%	7,0	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	131,27%	84,9	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,90	18,5	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,67	39,0	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	2,17	26,9	
Porte baseado em Tecnologia	17,95%	64,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	17,42%	62,1	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	11,25%	33,2	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	75,50%	24,8	
Índice de Atraso	300,76%	50,6	
Taxa de Atendimento da Demanda	92,75%	30,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	854	20,0	
Produtividade Média por Servidor	76	12,4	

x. TJ-Goiás



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	78,04%	78,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.429,97	66,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	0,31%	0,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 4,42	2,0	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,53%	0,5	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 7,63	43,1	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,84%	56,6	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	69,31%	43,6	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	105,28%	55,0	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,82	26,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,76	28,8	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,30	91,3	
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	47,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	16,56%	55,0	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	62,2	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	69,60%	34,5	
Índice de Atraso	248,33%	61,2	
Taxa de Atendimento da Demanda	124,07%	57,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.123	29,0	
Produtividade Média por Servidor	108	22,0	

xi. TJ-Maranhão



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	79,14%	75,4	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.537,14	24,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,83%	16,6	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 383,03	84,9	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,06%	0,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2,23	29,5	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,14%	47,2	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	68,09%	41,8	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	101,79%	51,0	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,69	39,2	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,19	89,9	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,65	44,7	
Porte baseado em Tecnologia	14,10%	18,1	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	15,27%	44,4	
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	67,0	
Porte baseado em Capacitação em TI	11,67%	37,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	62,40%	46,3	
Índice de Atraso	132,64%	84,6	
Taxa de Atendimento da Demanda	74,91%	14,5	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	409	5,0	
Produtividade Média por Servidor	43	2,7	

xii. TJ-Minas Gerais



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,23%	38,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.359,98	68,5	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	57,86%	90,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 786,94	98,2	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,01%	0,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 0,18	1,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	59,41%	24,9	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	55,56%	22,4	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	96,04%	44,3	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,31	78,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,35	73,1	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,05	99,8	
Porte baseado em Tecnologia	14,62%	24,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	16,56%	55,0	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,9	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	59,5	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	61,50%	47,8	
Índice de Atraso	176,54%	75,7	
Taxa de Atendimento da Demanda	120,30%	54,4	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.688	48,0	
Produtividade Média por Servidor	138	30,6	

xiii. TJ-Mato Grosso do Sul



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	79,53%	74,4	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 820,82	91,9	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	21,42%	33,4	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 175,82	70,4	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	74,41%	70,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 610,80	91,9	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	72,18%	37,4	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	67,09%	40,2	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,85%	23,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,47	62,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,59	46,9	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,24	93,4	
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	44,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	17,42%	62,1	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,9	
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	41,9	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	49,00%	68,3	
Índice de Atraso	120,40%	87,0	
Taxa de Atendimento da Demanda	132,16%	64,9	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	2.592	78,4	
Produtividade Média por Servidor	211	52,1	

xiv. TJ-Mato Grosso



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,15%	43,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.265,56	44,9	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	16,65%	25,8	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 377,21	84,6	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	48,37%	46,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 1.095,91	98,4	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	86,15%	51,1	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	58,86%	27,5	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,31%	27,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,11	98,9	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,48	59,2	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,53	83,4	
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	61,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	15,27%	44,4	
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	67,0	
Porte baseado em Capacitação em TI	10,00%	20,0	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	65,20%	41,7	
Índice de Atraso	143,74%	82,3	
Taxa de Atendimento da Demanda	69,63%	9,9	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	753	16,6	
Produtividade Média por Servidor	95	18,1	

xv. TJ-Pará



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,55%	48,0	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.305,42	70,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	15,72%	24,4	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 205,15	73,3	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	33,84%	32,2	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 441,80	88,3	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,33%	61,0	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	62,02%	32,4	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	94,30%	42,3	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,92	15,8	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,84	21,1	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,09	64,2	
Porte baseado em Tecnologia	16,41%	45,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	14,41%	37,3	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	52,9	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	63,30%	44,9	
Índice de Atraso	200,17%	70,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	137,60%	69,6	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.152	30,0	
Produtividade Média por Servidor	168	39,6	

xvi. TJ-Paraíba



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,77%	55,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.818,20	55,1	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	8,86%	13,5	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 161,15	68,8	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	1,57%	1,5	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 28,61	57,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	86,07%	51,0	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	68,73%	42,7	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	96,20%	44,5	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,81	27,1	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,71	34,8	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,56	82,3	
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	42,8	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	15,27%	44,4	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,00%	72,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	74,60%	26,3	
Índice de Atraso	284,86%	53,8	
Taxa de Atendimento da Demanda	91,64%	29,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	850	19,8	
Produtividade Média por Servidor	76	12,4	

xvii. TJ-Pernambuco



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	84,95%	60,1	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.235,47	72,9	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	23,84%	37,2	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 294,59	80,0	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,05%	0,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 0,57	14,3	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	67,20%	32,5	Recursos Humar
Percentual de Servidores Efetivos	62,60%	33,3	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	92,87%	40,7	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,80	28,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,72	33,3	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,39	88,2	
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	61,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,3	
Porte baseado em Automação	15,27%	44,4	
Porte baseado em Governança de TI	12,79%	37,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	82,40%	13,5	
Índice de Atraso	500,94%	10,1	
Taxa de Atendimento da Demanda	146,16%	77,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.095	28,1	
Produtividade Média por Servidor	120	25,3	

xviii. TJ-Piauí



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,95%	25,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 4.070,31	17,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	14,20%	22,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 578,16	92,5	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	11,72%	11,1	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 476,96	89,1	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	88,89%	53,8	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	67,83%	41,3	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	99,06%	47,8	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,39	70,0	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,18	90,3	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,41	87,4	
Porte baseado em Tecnologia	14,87%	27,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	12,26%	19,5	
Porte baseado em Governança de TI	9,10%	12,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	59,5	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	77,80%	21,1	
Índice de Atraso	296,73%	51,4	
Taxa de Atendimento da Demanda	64,84%	5,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	288	1,0	
Produtividade Média por Servidor	37	1,1	

xix. TJ-Paraná



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	82,74%	65,9	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 998,00	82,8	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	36,93%	57,8	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 368,58	84,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,03%	0,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 0,33	8,1	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,74%	59,5	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	50,48%	14,6	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,34%	26,3	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,84	23,8	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,83	21,4	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,07	99,1	
Porte baseado em Tecnologia	19,49%	83,0	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,3	
Porte baseado em Automação	14,41%	37,3	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,9	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	52,9	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	74,80%	26,0	
Índice de Atraso	297,30%	51,3	
Taxa de Atendimento da Demanda	100,07%	36,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.278	34,2	
Produtividade Média por Servidor	243	61,6	

xx. TJ-Rio de Janeiro



Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	79,03%	75,7	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.271,45	71,6	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	54,78%	86,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 696,54	96,0	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	8,48%	8,1	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 107,82	72,6	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	69,41%	34,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	61,83%	32,1	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	89,85%	37,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,82	26,5	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,93	11,5	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,60	81,0	
Porte baseado em Tecnologia	16,67%	49,0	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	44,8	
Porte baseado em Automação	20,00%	83,5	
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	86,5	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	81,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	78,70%	19,6	
Índice de Atraso	375,49%	35,5	
Taxa de Atendimento da Demanda	107,50%	43,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	2.942	90,1	
Produtividade Média por Servidor	154	35,3	

xxi. TJ-Rio Grande do Norte



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,94%	44,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.895,21	53,1	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,96%	20,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 245,62	76,6	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	9,29%	8,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 176,13	78,0	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	59,89%	25,4	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	51,98%	16,9	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	128,94%	82,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,58	50,5	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,45	62,3	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,32	90,5	
Porte baseado em Tecnologia	14,10%	18,1	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	17,42%	62,1	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,9	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,00%	72,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	60,20%	50,0	
Índice de Atraso	154,27%	80,2	
Taxa de Atendimento da Demanda	103,06%	39,3	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.028	25,8	
Produtividade Média por Servidor	84	15,0	

xxii. TJ-Rondônia



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,34%	48,5	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.587,54	61,3	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	34,87%	54,6	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 553,60	91,7	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	2,47%	2,3	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 39,22	61,3	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,13%	40,3	Recursos Human
Percentual de Servidores Efetivos	74,08%	51,0	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,92%	29,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,41	68,0	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,53	54,0	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,19	94,9	
Porte baseado em Tecnologia	16,03%	41,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	17,42%	62,1	
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	74,3	
Porte baseado em Capacitação em TI	11,04%	30,9	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	50,40%	66,0	
Índice de Atraso	117,19%	87,7	
Taxa de Atendimento da Demanda	118,47%	52,8	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.355	36,8	
Produtividade Média por Servidor	95	18,0	

xxiii. TJ-Roraima



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	83,43%	64,1	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.373,51	42,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	2,32%	3,2	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 55,00	48,8	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	5,06%	4,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 120,00	73,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	71,43%	36,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	60,97%	30,8	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,76%	27,9	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,76	32,7	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,10	98,9	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	2,69	9,2	
Porte baseado em Tecnologia	15,26%	32,0	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	10,97%	8,8	
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	30,5	
Porte baseado em Capacitação em TI	12,50%	46,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	62,80%	45,7	
Índice de Atraso	180,23%	74,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	113,12%	48,1	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.014	25,3	
Produtividade Média por Servidor	81	13,9	

xxiv. TJ-Rio Grande do Sul



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	81,27%	69,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 765,41	95,1	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	46,40%	72,8	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 355,17	83,5	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	21,80%	20,7	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 166,85	77,4	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	79,49%	44,6	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	45,93%	7,5	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	98,83%	47,6	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,17	92,3	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,32	76,3	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,17	95,7	
Porte baseado em Tecnologia	17,44%	58,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	16,56%	55,0	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,9	
Porte baseado em Capacitação em TI	11,46%	35,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	49,60%	67,3	
Índice de Atraso	100,47%	91,1	
Taxa de Atendimento da Demanda	102,25%	38,6	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	2.905	88,9	
Produtividade Média por Servidor	340	90,0	

xxv. TJ-Santa Catarina



Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	80,54%	71,7	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.207,42	74,0	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	21,42%	33,4	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 258,60	77,6	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	95,55%	90,9	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 1.153,66	98,9	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	123,79%	87,9	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	46,77%	8,8	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	102,75%	52,1	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,57	51,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,45	61,9	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,29	91,7	
Porte baseado em Tecnologia	17,05%	53,6	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,3	
Porte baseado em Automação	17,42%	62,1	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,9	
Porte baseado em Capacitação em TI	11,67%	37,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	72,40%	29,9	
Índice de Atraso	254,01%	60,0	
Taxa de Atendimento da Demanda	91,86%	29,4	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	989	24,5	
Produtividade Média por Servidor	157	36,3	



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,06%	57,2	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.215,79	73,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	5,34%	8,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 64,95	51,9	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	2,45%	2,3	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 29,81	58,3	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,00%	60,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	77,62%	56,5	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,98%	22,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,39	70,6	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,26	82,1	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,20	94,6	
Porte baseado em Tecnologia	15,38%	33,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	44,8	
Porte baseado em Automação	18,71%	72,8	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	62,2	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,54%	57,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	49,70%	67,2	
Índice de Atraso	134,91%	84,1	
Taxa de Atendimento da Demanda	156,51%	86,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.642	46,4	
Produtividade Média por Servidor	137	30,5	

xxvii. TJ-São Paulo


IDJus

 Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,29%	43,4	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.006,30	82,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	46,18%	72,4	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 464,66	88,4	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	13,71%	13,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 138,01	75,3	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,20%	43,3	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	70,02%	44,7	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	105,33%	55,0	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,50	59,1	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,69	36,0	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,39	88,1	
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	52,0	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	17,85%	65,7	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	8,75%	6,8	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	76,80%	22,7	
Índice de Atraso	325,87%	45,5	
Taxa de Atendimento da Demanda	95,92%	33,0	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	2.011	58,8	
Produtividade Média por Servidor	111	22,8	

xxviii. TJ-Tocantins



Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	77,58%	79,5	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.886,18	33,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	5,46%	8,2	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 157,52	68,4	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	11,51%	10,9	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 332,13	85,1	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,00%	40,2	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	58,98%	27,7	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	103,04%	52,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,87	20,7	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,73	32,2	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,13	62,8	
Porte baseado em Tecnologia	17,44%	58,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	2,4	
Porte baseado em Automação	14,41%	37,3	
Porte baseado em Governança de TI	8,11%	6,1	
Porte baseado em Capacitação em TI	8,75%	6,8	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	78,20%	20,4	
Índice de Atraso	329,17%	44,8	
Taxa de Atendimento da Demanda	77,02%	16,4	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	592	11,2	
Produtividade Média por Servidor	63	8,8	

6.1.3 Justiça Federal

i. Justiça Federal



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,27%	53,1	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.915,83	53,9	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	95,41%	24,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.827,90	80,8	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	171,68%	34,3	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.289,17	50,0	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	85,44%	53,1	Recursos Human
Percentual de Servidores Efetivos	62,93%	60,3	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,33%	35,7	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,11	100,0	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,42	76,7	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,72	45,9	
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	44,6	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	12,00%	71,2	
Porte baseado em Automação	19,05%	56,0	
Porte baseado em Governança de TI	15,82%	36,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	44,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	69,48%	46,4	
Índice de Atraso	234,11%	50,5	
Taxa de Atendimento da Demanda	106,93%	38,3	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.936	51,6	
Produtividade Média por Servidor	181	53,8	

ii. TRF 1ª Região



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	88,50%	64,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.330,27	28,8	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	1,60%	0,3	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 37,33	14,9	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	111,77%	5,4	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2.604,52	22,9	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	89,53%	65,9	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	66,69%	74,7	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	73,09%	22,8	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1,06	11,6	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	4,50	9,8	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,67	49,6	
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	36,0	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	87,9	
Porte baseado em Automação	17,85%	38,1	
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	17,3	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,33%	28,1	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	75,00%	26,7	
Índice de Atraso	298,11%	16,1	
Taxa de Atendimento da Demanda	98,50%	27,0	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.430	11,4	
Produtividade Média por Servidor	169	42,4	

iii. TRF 2ª Região



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,82%	46,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.654,31	12,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	0,65%	0,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 17,25	1,8	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	140,79%	19,4	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.737,11	64,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	76,14%	23,9	Recursos Human
Percentual de Servidores Efetivos	66,30%	73,2	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	70,99%	17,6	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	50,5	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,38	99,2	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,09	92,0	
Porte baseado em Tecnologia	17,05%	38,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	87,9	
Porte baseado em Automação	20,00%	70,1	
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	17,3	
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	74,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	72,20%	36,7	
Índice de Atraso	272,42%	29,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	114,01%	47,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.856	45,3	
Produtividade Média por Servidor	137	12,9	

iv. TRF 3ª Região



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,28%	49,0	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.484,61	86,5	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	346,41%	90,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 5.142,82	98,4	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	159,93%	28,6	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2.374,28	12,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	80,85%	38,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	60,07%	49,5	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,03%	44,9	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,28	97,0	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,26	80,1	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	2,13	15,7	
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	27,6	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	87,9	
Porte baseado em Automação	20,00%	70,1	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	46,0	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	51,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	68,60%	49,6	
Índice de Atraso	247,13%	43,5	
Taxa de Atendimento da Demanda	139,40%	81,5	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	2.270	78,2	
Produtividade Média por Servidor	209	80,0	

v. TRF 4ª Região



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,46%	56,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.645,54	73,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	63,66%	16,6	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.047,59	71,4	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	279,85%	86,5	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 4.604,98	89,0	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,25%	71,3	Recursos Human
Percentual de Servidores Efetivos	66,50%	73,9	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,77%	34,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,30	94,2	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,67	92,9	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,39	69,8	
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	53,1	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	87,9	
Porte baseado em Automação	20,00%	70,1	
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	74,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	14,2	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	65,50%	60,6	
Índice de Atraso	174,58%	82,6	
Taxa de Atendimento da Demanda	86,87%	11,6	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	2.313	81,6	
Produtividade Média por Servidor	209	80,3	

vi. TRF 5ª Região



Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,92%	38,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 1.972,05	50,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	24,27%	6,2	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 478,70	58,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	194,05%	45,1	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.826,84	67,5	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,45%	59,4	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	52,28%	19,9	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	94,81%	76,5	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,28	96,5	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	2,34	56,7	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,60	54,2	
Porte baseado em Tecnologia	18,33%	67,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	17,42%	31,6	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	28,9	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,63%	53,7	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	60,50%	78,4	
Índice de Atraso	158,02%	91,5	
Taxa de Atendimento da Demanda	105,29%	36,1	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	2.025	58,7	
Produtividade Média por Servidor	159	33,1	

6.1.4 Justiça do Trabalho

i. Justiça do Trabalho



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,48%	40,2	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.089,66	68,6	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	31,58%	32,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 975,68	55,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	72,58%	44,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2.242,56	84,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,21%	48,8	Recursos Human
Percentual de Servidores Efetivos	74,67%	50,4	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,69%	59,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,63	61,7	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,28	67,7	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,95	90,6	
Porte baseado em Tecnologia	15,79%	50,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	7,78%	18,5	
Porte baseado em Automação	17,06%	65,1	
Porte baseado em Governança de TI	15,43%	45,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,44%	54,2	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	47,63%	49,4	
Índice de Atraso	94,92%	72,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	104,15%	49,8	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.108	54,9	
Produtividade Média por Servidor	119	45,4	

ii. TRT 1ª Região – Rio de Janeiro



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,92%	32,2	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.052,79	69,3	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	44,02%	50,1	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.343,78	72,6	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	61,07%	37,7	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 1.864,28	81,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,67%	38,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	75,49%	52,1	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,23%	54,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,78	38,5	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,61	19,6	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,76	93,1	
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	69,3	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	15,27%	48,8	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	62,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	45,00%	53,5	
Índice de Atraso	107,64%	67,2	
Taxa de Atendimento da Demanda	134,80%	84,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.429	81,0	
Produtividade Média por Servidor	134	56,0	

iii. TRT 2ª Região – São Paulo



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,20%	37,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.222,11	88,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	31,33%	32,6	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 696,30	36,8	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,65%	0,2	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 14,44	1,7	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	72,73%	16,3	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	83,60%	68,9	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,05%	54,0	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,58	69,9	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,34	58,7	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,56	95,6	
Porte baseado em Tecnologia	16,79%	62,8	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	16,56%	60,5	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	55,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	49,50%	46,5	
Índice de Atraso	99,36%	70,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	101,53%	46,8	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.485	85,7	
Produtividade Média por Servidor	176	87,1	

iv. TRT 3ª Região – Minas Gerais



Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,82%	35,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.802,56	74,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	37,45%	41,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.049,55	59,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	119,28%	73,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.342,80	90,7	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,61%	58,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	70,68%	42,1	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	90,31%	71,6	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,48	85,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,06	99,1	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,04	89,5	
Porte baseado em Tecnologia	16,41%	58,1	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	9,38%	10,9	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	30,40%	76,1	
Índice de Atraso	51,30%	92,4	
Taxa de Atendimento da Demanda	108,36%	54,6	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.319	72,1	
Produtividade Média por Servidor	140	60,5	

v. TRT 4ª Região – Rio Grande do Sul



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,93%	38,7	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 4.167,00	50,8	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	38,88%	43,0	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.620,23	82,7	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	128,63%	79,6	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 5.359,85	98,4	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	90,60%	56,5	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	85,43%	72,7	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,82%	62,3	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,52	78,5	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,08	96,6	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,93	90,9	
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	56,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	15,27%	48,8	
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	68,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	62,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	48,00%	48,8	
Índice de Atraso	97,76%	71,6	
Taxa de Atendimento da Demanda	105,69%	51,6	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	964	43,2	
Produtividade Média por Servidor	84	19,1	

vi. TRT 5ª Região - Bahia



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,03%	38,4	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.498,39	61,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	22,13%	19,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 774,35	42,6	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	98,63%	61,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.450,33	91,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,33%	67,1	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	73,27%	47,5	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	88,05%	68,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,58	69,9	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,21	77,6	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,87	91,7	
Porte baseado em Tecnologia	15,64%	48,6	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	15,27%	48,8	
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	83,5	
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	34,0	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	53,30%	40,6	
Índice de Atraso	130,59%	57,0	
Taxa de Atendimento da Demanda	119,97%	67,8	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	950	42,1	
Produtividade Média por Servidor	101	31,7	

vii. TRT 6ª Região - Pernambuco



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,63%	36,4	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.370,25	63,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,21%	6,2	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 411,38	8,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	69,29%	42,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2.335,12	84,9	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,24%	66,9	Recursos Humar
Percentual de Servidores Efetivos	74,61%	50,2	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,59%	54,7	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,61	65,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,22	76,0	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,98	90,3	
Porte baseado em Tecnologia	14,36%	32,8	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	15,27%	48,8	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	62,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	41,80%	58,4	
Índice de Atraso	70,38%	83,8	
Taxa de Atendimento da Demanda	98,46%	43,3	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.041	49,4	
Produtividade Média por Servidor	119	45,0	

viii. TRT 7ª Região - Ceará



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,82%	35,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 4.938,92	40,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	13,18%	7,5	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 650,77	33,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	73,07%	45,1	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.608,69	92,0	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	77,27%	26,5	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	66,43%	33,3	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,14%	57,0	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,77	39,7	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,43	46,4	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,52	83,5	
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	59,8	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	17,42%	68,4	
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	68,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	80,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	63,90%	24,2	
Índice de Atraso	128,11%	58,1	
Taxa de Atendimento da Demanda	67,06%	7,6	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	948	41,9	
Produtividade Média por Servidor	71	9,7	

ix. TRT 8ª Região – Pará e Amapá



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,76%	36,0	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.325,00	64,2	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	20,71%	17,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 688,67	36,2	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	103,23%	63,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.432,32	91,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,04%	59,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	77,36%	56,0	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,33%	54,4	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,49	84,2	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,60	21,1	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,23	99,7	
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	51,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	44,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	48,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	29,20%	77,9	
Índice de Atraso	43,52%	95,8	
Taxa de Atendimento da Demanda	102,22%	47,6	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	985	44,9	
Produtividade Média por Servidor	121	46,6	

x. TRT 9ª Região - Paraná



Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,92%	38,7	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.776,66	74,9	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	72,87%	89,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 2.023,25	94,8	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	3,69%	2,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 102,52	33,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	97,50%	71,9	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	80,34%	62,2	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,55%	57,6	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,63	61,2	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,27	70,0	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,01	89,9	
Porte baseado em Tecnologia	16,67%	61,4	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	16,58%	60,7	
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	15,0	
Porte baseado em Capacitação em TI	12,71%	39,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	50,40%	45,1	
Índice de Atraso	95,15%	72,8	
Taxa de Atendimento da Demanda	93,96%	38,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.051	50,3	
Produtividade Média por Servidor	115	42,2	

xi. TRT 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,30%	40,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 4.419,78	47,3	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	24,04%	22,5	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.062,44	59,8	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	119,72%	74,1	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 5.291,14	98,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,18%	57,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	63,91%	28,0	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,37%	60,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,80	34,8	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,49	37,1	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,59	82,6	
Porte baseado em Tecnologia	14,49%	34,4	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	71,5	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	47,60%	49,4	
Índice de Atraso	100,17%	70,6	
Taxa de Atendimento da Demanda	110,23%	56,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	893	37,4	
Produtividade Média por Servidor	93	25,6	

xii. TRT 11ª Região – Amazonas e Roraima



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,68%	65,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.928,45	54,3	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	19,17%	15,8	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 753,26	41,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	1,32%	0,6	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 51,98	22,7	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	79,49%	31,5	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	89,60%	81,4	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	45,11%	6,5	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,93	14,5	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,45	43,3	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	7,43	9,3	
Porte baseado em Tecnologia	14,36%	32,8	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	16,56%	60,5	
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	68,6	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	55,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	39,00%	62,7	
Índice de Atraso	67,20%	85,3	
Taxa de Atendimento da Demanda	103,33%	48,9	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.220	64,0	
Produtividade Média por Servidor	161	75,9	

xiii. TRT 12ª Região – Santa Catarina



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,30%	34,2	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 5.162,68	38,0	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	19,98%	16,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.031,52	58,2	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	82,13%	50,7	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 4.240,12	94,6	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,03%	68,6	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	86,96%	75,9	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,36%	48,7	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,43	93,3	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,45	42,9	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,54	83,3	
Porte baseado em Tecnologia	14,10%	29,6	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	16,04%	67,9	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	40,50%	60,4	
Índice de Atraso	43,38%	95,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	80,13%	22,5	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	710	22,5	
Produtividade Média por Servidor	77	14,5	

xiv. TRT 13ª Região - Paraíba



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,87%	55,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 8.888,71	5,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	8,60%	1,2	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 764,71	41,9	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	5,85%	3,4	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 519,84	60,3	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,59%	67,6	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	84,26%	70,3	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	50,21%	13,8	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,73	46,1	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,29	66,4	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	3,81	54,8	
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	51,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	62,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	72,30%	11,2	
Índice de Atraso	234,77%	10,5	
Taxa de Atendimento da Demanda	78,87%	21,1	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	482	3,9	
Produtividade Média por Servidor	64	4,7	

xv. TRT 14^a Região – Rondônia e Acre



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,97%	38,6	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 4.955,54	40,5	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	9,41%	2,3	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 466,48	15,0	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	66,96%	41,3	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.317,99	90,6	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,87%	30,1	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	87,59%	77,2	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	66,18%	36,9	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,76	42,1	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,28	67,8	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,97	77,9	
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	56,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	15,0	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	62,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	29,10%	78,1	
Índice de Atraso	45,72%	94,9	
Taxa de Atendimento da Demanda	104,94%	50,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	744	25,3	
Produtividade Média por Servidor	84	19,5	

xvi. TRT 15ª Região - Campinas



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,07%	41,5	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.359,62	84,6	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	35,16%	37,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 829,61	46,3	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	124,58%	77,1	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2.939,61	88,6	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	85,45%	44,9	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	67,11%	34,7	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	100,00%	85,6	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,47	86,7	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,18	82,6	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,55	95,6	
Porte baseado em Tecnologia	12,69%	12,2	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	15,27%	48,8	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	57,2	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	57,70%	33,8	
Índice de Atraso	133,76%	55,6	
Taxa de Atendimento da Demanda	97,37%	42,1	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.053	50,5	
Produtividade Média por Servidor	127	50,7	

xvii. TRT 16ª Região - Maranhão



Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,42%	43,7	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.065,55	69,0	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	15,58%	10,8	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 477,74	16,3	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	7,96%	4,7	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 244,02	47,9	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	88,89%	52,6	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	59,42%	18,7	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,99%	55,3	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,75	43,8	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,42	48,1	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,30	86,2	
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	40,7	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	87,9	
Porte baseado em Automação	16,56%	60,5	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	14,38%	53,7	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	55,90%	36,6	
Índice de Atraso	115,47%	63,7	
Taxa de Atendimento da Demanda	90,05%	33,8	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	865	35,1	
Produtividade Média por Servidor	102	32,8	

xviii. TRT 17ª Região – Espírito Santo



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,68%	42,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.190,42	66,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	43,86%	49,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.399,30	74,8	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	146,80%	90,9	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 4.683,51	96,2	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,18%	57,7	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	67,44%	35,4	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	91,73%	73,7	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,65	59,3	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,14	88,0	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,43	84,6	
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	51,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	15,27%	48,8	
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	59,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	62,6	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	46,60%	51,0	
Índice de Atraso	93,04%	73,7	
Taxa de Atendimento da Demanda	106,32%	52,3	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	872	35,7	
Produtividade Média por Servidor	89	22,7	

xix. TRT 18ª Região - Goiás



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,86%	71,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.025,01	93,7	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	23,96%	22,4	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 485,21	17,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	92,81%	57,4	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 1.879,44	81,3	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,29%	67,0	Recursos Humar
Percentual de Servidores Efetivos	59,20%	18,2	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	98,25%	83,1	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,74	45,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,32	62,6	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,59	82,6	
Porte baseado em Tecnologia	14,36%	32,8	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	87,9	
Porte baseado em Automação	10,97%	9,7	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	12,71%	39,4	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	16,60%	97,4	
Índice de Atraso	38,00%	98,3	
Taxa de Atendimento da Demanda	122,01%	70,1	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.510	87,7	
Produtividade Média por Servidor	145	64,2	

xx. TRT 19ª Região - Alagoas



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,61%	39,8	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.015,16	70,0	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	13,05%	7,3	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 393,51	5,7	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	71,57%	44,2	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2.158,07	83,6	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,74%	68,0	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	56,02%	11,6	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	93,69%	76,5	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,74	45,2	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,62	18,3	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,44	97,1	
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	56,5	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	59,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	80,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	63,50%	24,8	
Índice de Atraso	169,16%	39,8	
Taxa de Atendimento da Demanda	95,61%	40,1	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	915	39,2	
Produtividade Média por Servidor	103	33,1	

xxi. TRT 20ª Região - Sergipe

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,55%	43,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.319,28	64,3	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	23,27%	21,4	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 772,33	42,4	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	112,82%	69,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 3.744,84	92,6	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	100,00%	77,6	Recursos Humar
Percentual de Servidores Efetivos	73,08%	47,1	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,00%	49,6	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,84	28,6	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,68	9,8	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,05	89,5	
Porte baseado em Tecnologia	15,51%	47,0	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	87,9	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	44,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,96%	50,1	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	37,90%	64,5	
Índice de Atraso	60,55%	88,2	
Taxa de Atendimento da Demanda	99,51%	44,5	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	992	45,5	
Produtividade Média por Servidor	110	38,6	

xxii. TRT 21^a Região – Rio Grande do Norte



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,06%	38,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.665,68	77,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	32,78%	34,6	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 873,86	49,1	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	112,00%	69,3	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 2.985,50	88,9	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,61%	38,5	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	59,75%	19,4	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	84,43%	63,2	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,66	57,7	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,41	49,6	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,73	93,4	
Porte baseado em Tecnologia	15,64%	48,6	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	87,9	
Porte baseado em Automação	16,56%	60,5	
Porte baseado em Governança de TI	10,99%	9,0	
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	34,0	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	57,80%	33,6	
Índice de Atraso	147,65%	49,4	
Taxa de Atendimento da Demanda	111,94%	58,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	1.454	83,1	
Produtividade Média por Servidor	123	47,9	

xxiii. TRT 22ª Região - Piauí



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,35%	50,5	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 2.709,65	76,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	39,38%	43,7	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.066,94	60,0	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	1,61%	0,7	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 43,59	19,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,12%	64,3	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	62,90%	25,9	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	93,69%	76,5	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,84	29,4	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,58	24,5	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,60	82,5	
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	54,9	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,8	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	48,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	46,10%	51,8	
Índice de Atraso	80,88%	79,2	
Taxa de Atendimento da Demanda	95,67%	40,2	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	980	44,5	
Produtividade Média por Servidor	106	35,2	

xxiv. TRT 23ª Região – Mato Grosso



Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,22%	44,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.596,33	59,5	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	22,90%	20,9	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 823,46	45,9	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	4,96%	2,8	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 178,43	42,8	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,12%	64,3	Recursos Humanos
Percentual de Servidores Efetivos	66,34%	33,1	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,95%	62,5	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,67	55,6	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,37	55,4	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,92	91,0	
Porte baseado em Tecnologia	17,82%	75,6	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	18,71%	80,1	
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	48,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	50,80%	44,5	
Índice de Atraso	91,08%	74,6	
Taxa de Atendimento da Demanda	89,09%	32,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	641	16,8	
Produtividade Média por Servidor	90	23,8	

xxv. TRT 24ª Região – Mato Grosso do Sul

Indicadores Primários	Valor	Indicador Normalizado	Tema
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,32%	70,3	Despesas
Custo médio do Processo	R\$ 3.919,13	54,4	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	15,94%	11,3	Receitas
Arrecadação Média Processual	R\$ 624,55	30,9	
Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	0,45%	0,0	Transferências
Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo	R\$ 17,50	4,9	
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,50%	49,5	Recursos Humar
Percentual de Servidores Efetivos	68,02%	36,6	
Percentual de Servidores da Área Judiciária	84,06%	62,6	
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,69	52,7	
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,09	94,7	
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,91	78,6	
Porte baseado em Tecnologia	17,95%	77,2	Tecnologia
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,6	
Porte baseado em Automação	17,42%	68,4	
Porte baseado em Governança de TI	18,82%	73,7	
Porte baseado em Capacitação em TI	11,88%	32,3	Litigiosidade
Taxa de Congestionamento	40,60%	60,3	
Índice de Atraso	71,40%	83,4	
Taxa de Atendimento da Demanda	103,16%	48,7	Produtividade
Produtividade Média por Magistrado	702	21,8	
Produtividade Média por Servidor	93	26,0	

7. Glossário

7.1 INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1.1 Despesas

i. Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Medir o quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada tribunal

Fórmula:

$$G = \frac{DR}{Dpj}$$

Nomenclatura:

DRH - Despesas com Recursos Humanos

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

ii. Custo médio do Processo

Objetivo: Medir a despesa média de cada tribunal por processo baixado.

Fórmula:

$$Cst_m = \frac{Dpj}{TBai}$$

Nomenclatura:

Dpj - Despesa Total da Justiça

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

7.1.2 Receitas

i. Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Indicar o que a arrecadação total do tribunal representa em relação à despesa total do tribunal.

Fórmula:

$$e\zeta = \frac{Receitas}{Dpj}$$

Nomenclatura:

Receitas – Total de Receitas

Justiça Estadual: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF), Receitas de Impostos Causa Mortis nos inventários/arrolamentos (RICM).

Justiça Federal: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF).

Justiça do Trabalho: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções das Penalidades impostas pelos órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho (RERT),



Recitas de Execução Previdenciária (RPrev), Receita de Arrecadação de Imposto de Renda (RIR)

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

ii. Arrecadação Média Processual

Objetivo: Indicar a arrecadação média do tribunal por processo baixado.

Fórmula:

$$e_{cm} = \frac{\text{Receitas}}{T_{Baix}}$$

Nomenclatura:

Receitas – Total de Receitas

Justiça Estadual: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF), Receitas de Impostos Causa Mortis nos inventários/arrolamentos (RICM).

Justiça Federal: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF).

Justiça do Trabalho: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções das Penalidades impostas pelos órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho (RERT), Recitas de Execução Previdenciária (RPrev), Receita de Arrecadação de Imposto de Renda (RIR)

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

7.1.3 Transferências

i. Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça representa em relação à despesa total de cada tribunal.

Fórmula:
$$I = \frac{V_{ag}}{D_{pj}}$$

Nomenclatura:

VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

ii. Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo

Objetivo: Indicar a média dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça por processo baixado.

Fórmula:
$$Pag_m = \frac{V_{ag}}{TBai}$$

Nomenclatura:

VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

7.2 INDICADORES DE GESTÃO DE RECURSOS

7.2.1 Recursos Humanos

i. Percentual de Cargos de Magistrado Ocupados

Objetivo: Indicar o percentual de cargos de magistrados ocupados em relação ao total de cargos existentes no tribunal.

Fórmula:
$$Mag_{\%} = \frac{Mag}{Mag}$$

Nomenclatura:

MagE – Total de Cargos de Magistrados Existentes

Mag – Total de Magistrados

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

ii. Percentual de Servidores Efetivos

Objetivo: Indicar o percentual de servidores efetivos em relação ao número total de servidores do tribunal.

Fórmula:
$$TPEfet_{\%} = \frac{T}{TS}et$$

Nomenclatura:

TPEfet – Total de Pessoa do Quadro Efetivo

TS – Total de Servidores

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

iii. Taxa de Igualdade Processual por Servidor

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de carga de trabalho entre os servidores de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:
$$TEP = \frac{C_{2^{\circ}} C_{1^{\circ}} Sa_{2^{\circ}}}{C_{2^{\circ}} C_{1^{\circ}} Sa_{1^{\circ}}}$$

Nomenclatura:

CP_{2º} – Casos Pendentes de Baixa no 2º Grau

CN_{2º} – Casos Novos de 2º Grau

CP_{1º} – Casos Pendentes de Baixa no 1º Grau

CN_{1º} – Casos Novos de 1º Grau

SaJud_{2º} - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau

SaJud_{1º} - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária de 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP
Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

iv. Taxa de Igualdade Processual por Magistrado

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de carga de trabalho entre os magistrados de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:
$$TEPM = \frac{C_{2^{\circ}} C_{1^{\circ}} Mag_{2^{\circ}}}{C_{2^{\circ}} C_{1^{\circ}} Mag_{1^{\circ}}}$$

Nomenclatura:

CP_{2º} – Casos Pendentes de Baixa no 2º Grau

CN_{2º} – Casos Novos de 2º Grau

CP_{1º} – Casos Pendentes de Baixa no 1º Grau

CN_{1º} – Casos Novos de 1º Grau

Mag_{2º} – Total de Magistrados no 2º Grau

Mag_{1º} - Total de Magistrados no 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP
Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

v. Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de servidores lotados nas áreas judiciárias entre os magistrados de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TE_a = \frac{Sa_{2^\circ}}{Sa_{1^\circ}} \frac{Mag_{1^\circ}}{Mag_{2^\circ}}$$

Nomenclatura:

SaJud₂ - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau

SaJud₁ - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária de 1º Grau

Mag_{2º} - Total de Magistrados no 2º Grau

Mag_{1º} - Total de Magistrados no 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

7.2.2 Tecnologia

Todas as informações utilizadas nesse tema foram extraídas do questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça. Essa pesquisa seguiu as determinações estabelecidas na [Resolução Nº 90/2009, do CNJ](#), que prevê critérios de nivelamento mínimo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Dentre os temas avaliados estão: governança de TI; infraestrutura; equipamentos; segurança da informação; pessoal de TIC; aplicativos; capacitação; comunicação de dados; processo eletrônico e telefonia.

1. Porte baseado em Tecnologia

Itens avaliados:

- Idade média dos Storages
- Faixa predominante de espaço de disco dos storages
- Faixa predominante de memória dos storages
- Número de impressoras
- Idade média das impressoras
- Número de Scanners
- Idade média dos Scanners
- Número de unidades judiciárias sem link de comunicação

- *Velocidade do link de acesso à internet no Tribunal (kbps)*
- *Idade média de micros*
- *Número de micros*
- *Idade média dos Servidores*
- *Número total de unidades judiciárias da (s) capital(is) localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps*
- *Número total de unidades judiciárias do interior localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps*

2. Porte baseado em Força de trabalho mínima

O anexo I da Resolução N° 90/2009 do CNJ estabeleceu a força de trabalho mínima recomendada para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

Itens avaliados:

- *Total de Usuários de Recursos de TIC*
- *Percentual mínimo de força de trabalho de TIC, incluindo, efetivos, comissionados e terceirizado.*
- *Número mínimo de profissionais de TIC do quadro permanente*

3. Porte baseado em Automação

Itens avaliados:

- *Os módulos de Primeiro Grau são integrados?*
- *Os módulos de Segundo Grau são integrados?*
- *Disponibilidade de informações processuais na internet Primeiro Grau*
- *Disponibilidade de informações processuais na internet Segundo Grau*
- *A integra dos atos proferidos são disponibilizados na internet 100%*
- *Utiliza a tecnologia de videoconferência para ensino à distância?*
- *Utiliza a tecnologia de videoconferência para interrogatório criminal?*
- *Total de Micros versus a soma de servidores e magistrados*

4. Porte baseado em Governança de TI

Itens avaliados:

- *Há Planejamento Estratégico para área de TIC em vigor?*

- Há Comitê ou Comissão que decida sobre a priorização das ações e investimentos em TIC?
- Possui setor de Gestão Estratégica no Tribunal?
- Possui escritório de projeto implantado no Tribunal?
- Existe plano anual de capacitação nas áreas de gestão e governança de TIC?
- Na contratação de sistemas de informação há cláusula que determine a propriedade intelectual dos códigos fontes ou que determine o depósito dos fontes no INPI?
- Possui metodologia de desenvolvimento de software?
- Possui política de segurança implantada?

5. Porte baseado em Capacitação em TI

Itens avaliados:

- Pessoal de TIC capacitado em ITIL
- Pessoal de TIC capacitado em SOA
- Pessoal de TIC capacitado em gestão de projetos
- Pessoal de TIC capacitado em Segurança da informação
- Pessoal de TIC capacitado em Análise de Requisitos
- Pessoal de TIC capacitado em Análise em Pontos de Função
- Pessoal de TIC capacitado em Certificação
- Pessoal de TIC capacitado na Instrução normativa 04

7.3 INDICADORES DE GESTÃO DE PROCESSOS

7.3.1 Litigiosidade

i. Taxa de Congestionamento

Objetivo: Indicar taxa de congestionamento dos tribunais, ou seja, de cada 100 processos que estão em tramitação no tribunal, quantos não foram finalizados.

Fórmula: $TC = 1 - \frac{T_{aix}}{100}$

Nomenclatura:

T_{aix} - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

CN - Total de Casos Novos

Justiça Estadual: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE).

Justiça Federal: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CnTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1).

CP – Total de Casos Pendentes

Justiça Estadual: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE).

Justiça Federal: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CpTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1).

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

ii. **Índice de Atraso**

Objetivo: Indicar em quantas vezes o número de processos baixados deve aumentar, com o objetivo de julgar todos os processos pendentes do tribunal.

Fórmula:

$$I = \frac{\text{---}}{T \text{ aix}}$$

Nomenclatura:

CP – Total de Casos Pendentes

Justiça Estadual: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE).

Justiça Federal: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CpTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1).

Tbaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

iii. Taxa de Atendimento da Demanda

Objetivo: Indicar o percentual da demanda que foi finalizado em relação aos processos que ingressaram, no mesmo ano, em cada tribunal.

Fórmula:

$$T = \frac{T_{aix}}{T}$$

Nomenclatura:

Tbaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

CN - Total de Casos Novos

Justiça Estadual: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE).

Justiça Federal: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CnTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1).

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

7.3.2 Produtividade

i. Produtividade Média por Magistrado

Objetivo: Indicar a produtividade média dos magistrados do tribunal.

Fórmula:

$$P_{mag} = \frac{T_{aix}}{a}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Mag – Total de Magistrados

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)

ii. Produtividade Média por Servidor

Objetivo: Indicar a produtividade média dos servidores da área judiciária do tribunal.

Fórmula:

$$P_{sa} = \frac{T_{aix}}{a}$$

**IDJus**Índice de
Desempenho da
Justiça**Nomenclatura:**

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

SaJud – Total de Servidores Lotados na Área Judiciária

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2010 - CNJ](#)



8. Referências

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *O Índice De Desenvolvimento da Família (IDF)*. Rio de Janeiro: IPEA, out/2003. 20p. (Texto para Discussão n° 986). Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf

CASTRO, A S. Indicadores Básicos e Desempenho da Justiça Estadual de Primeiro Grau. Brasília: IPEA, 2011 (Texto para Discussão, 1609). Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_1609.pdf

CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *IQM — Índice de Qualidade dos Municípios, 1998*. Rio de Janeiro, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça Estadual**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_estadual_jn2010.pdf

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça Federal**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_federal_jn2010.pdf.

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça do Trabalho**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_trabalho_jn2010.pdf.

_____. **Justiça em Números 2009: Indicadores do Poder Judiciário - Panorama do Judiciário brasileiro**. Brasília, setembro de 2010. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-em-numeros/rel_sintetico_jn2009.pdf.



_____. **Justiça em números 2008 - variáveis e indicadores do poder judiciário.** Technical report, Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, Junho, 2009. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/relatorios/justica_em_numeros_2008.pdf.

F.CIDE. **Índice de Qualidade Municipal: carências.** Rio de Janeiro, 2001.

F.SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.** São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, J.R.S e JANNUZZI, P.M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais**, Salvador, 2005

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília, abr/jun 2005.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais na avaliação e formulação de políticas.** Rio de Janeiro, 2004.

JANNUZZI, P.M. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Alínea/Puc-Campinas, 2001.

Munda, G. and Nardo, M. *Constructing Consistent Composite Indicators: the Issue of Weights*, Joint Research Centre, Ispra, 2005.

Nardo, M., Saisana, M., Saltelli, A., Tarantola, S., Hoffman, A., & Giovannini, E. *OECD/JRC Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide*. OECD Statistics Working Paper, Paris, 2008.

SALTELLI, A. et. al. *Composite indicators - the controversy and the way forward*. Palermo, **OECD World Forum on Key Indicators**. 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/40/50/33841312.doc>.

THE WORLD BANK. **Making justice count: measuring and improving judicial performance in Brazil**. The World Bank, Washington, D.C., 2005.



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores Sociais: por que construir indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade v.17, n.3-4, 2003.

UNITED NATIONS FOR DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University, 1990.